

## 5.2 – A Lei Orgânica do Ensino Secundário

A Lei Orgânica do Ensino Secundário foi homologada em 4 de abril de 1942, pelo decreto nº 4.244.

De acordo com a reforma, o ensino secundário teria as seguintes finalidades: “Formar, em prosseguimento da obra educativo do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes; acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística; e dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial” (art. 1º).

Sobre essas finalidades, Gustavo Capanema afirma<sup>1</sup>:

“A reforma atribue ao ensino secundário sua finalidade fundamental, que é a formação da personalidade adolescente.

É de notar, porém, que formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-lo, constitui finalidade de toda espécie de educação.

E, sendo esta a finalidade de toda a educação, é por isso mesmo que é o ensino para todos.

Entretanto, a partir do segundo grau do ensino, cada ramo da educação se caracteriza por uma finalidade específica, que se acrescenta àquela finalidade geral.

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística.

Este último traço, definidor do ensino secundário é de uma decisiva importância nacional e humana.

O ensino primário deve dar os elementos essenciais da educação patriótica. (...)

Já o ensino secundário tem mais precisamente por finalidade a formação da consciência patriótica.

O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo”.

A reforma preservava a divisão do ensino secundário em dois ciclos, porém, alterava a configuração da estrutura anterior. O primeiro compreenderia um só curso, o curso ginásial, e o segundo compreenderiam dois cursos paralelos, o curso clássico e o curso científico.

---

<sup>1</sup> Exposição de motivos apresentada ao presidente da República.

O curso ginasial, com a duração de quatro anos, tinha como objetivo “dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário” (art. 2). Gustavo Capanema, em sua exposição de motivos cita duas vantagens acerca da duração do curso ginasial:

“Da limitação do curso ginasial a quatro anos resultará, por um lado, a vantagem de tornar a educação secundária, na sua primeira fase, ao alcance de um número maior de brasileiros. Outra vantagem dessa limitação é a possibilidade de uma conveniente articulação do primeiro ciclo do ensino secundário com o segundo ciclo de todos os ramos especiais do ensino de segundo grau, isto é, com o ensino técnico industrial, agrícola, comercial e administrativo e com o ensino normal, servindo de base a essas categorias de ensinos, o que concorrerá para maior utilização e democratização do ensino secundário, que assim não terá, como finalidade preparatória, apenas conduzir ao ensino superior”.

Os cursos clássico e científico, ambos com a duração de três anos, visavam “consolidar a educação ministrada no curso ginasial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la” (art. 3)<sup>2</sup>. Gustavo Capanema afirma que, ambos os cursos, clássico e científico, não constituíam “dois rumos diferentes da vida escolar”. Para ele<sup>3</sup>,

“A diferença que há entre eles é que, no primeiro, a formação intelectual dos alunos é marcada por um acentuado estudo das letras antigas, ao passo que, no segundo, a maior acentuação cultural é proveniente do estudo das ciências. Entretanto, a conclusão tanto de um como de outro dará direito ao ingresso em qualquer modalidade de curso do ensino superior.

Esta solução respeita a vocação de cada aluno, que poderá, concluídos os estudos do primeiro ciclo dar aos seus estudos posteriores, no segundo ciclo, conforme as preferências de sua inteligência, ou uma direção de sentido clássico ou um maior vigor científico, e transfere, para a final conclusão do ensino secundário, para uma época em que cada aluno deva ter atingido suficiente madureza de espírito, a definitiva escolha do seu rumo universitário<sup>4</sup>.

Gustavo Capanema conseguiu, dessa forma, acabar com a especialização prematura promovida pelo curso complementar.

Passemos ao currículo. As seguintes matérias seriam ministradas no curso secundário:

<sup>2</sup> De acordo com o artigo 5 da lei, haveria dos tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio, destinado a ministrar o curso do primeiro ciclo, e o colégio, destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos do segundo ciclo.

<sup>3</sup> Exposição de motivos apresentada ao presidente da República.

<sup>4</sup> O artigo 53 determinava que a conclusão dos estudos secundários, de primeiro e segundo ciclo, só se verificaria pelos exames de licença.

*Primeiro Ciclo*Curso Ginasial

<i>Disciplinas</i>	<i>Séries</i>			
Português	I	II	III	IV
Latim	I	II	III	IV
Francês	I	II	III	IV
Inglês		II	III	IV
Matemática	I	II	III	IV
Ciências naturais			III	IV
História geral	I	II		
História do Brasil			III	IV
Geografia geral	I	II		
Geografia do Brasil			III	IV
Trabalhos manuais	I	II		
Desenho	I	II	III	IV
Canto orfeônico	I	II	III	IV

*Segundo Ciclo*Curso Clássico

<i>Disciplinas</i>	<i>Séries</i>		
Português	I	II	III
Latim	I	II	III
Grego	I	II	III
Francês ou Inglês	I	II	
Espanhol	I	II	
Matemática	I	II	III
Física		II	III
Química		II	III
Biologia			III
História geral	I	II	
História do Brasil			III
Geografia geral	I	II	
Geografia do Brasil			III
Filosofia			III

Curso Científico

<i>Disciplinas</i>	<i>Séries</i>		
Português	I	II	III
Francês	I	II	
Inglês	I	II	
Espanhol	I		
Matemática	I	II	III
Física	I	II	III
Química	I	II	III
Biologia		II	III
História geral	I	II	
História do Brasil			III
Geografia geral	I	II	
Geografia do Brasil			III
Filosofia			III
Desenho		II	III

Gustavo Capanema analisa, em sua exposição de motivos, a estrutura do currículo implantado pela reforma. Vejamos:

*“O estudo da lingua, da história e da geografia pátria – O conhecimento seguro da própria lingua constitui para uma nação o primeiro elemento de organização e de conservação de sua cultura. (...)*

*(...)*

Com o mesmo objetivo de orientar o ensino secundário no sentido de uma compreensão maior de valores e das realidades nacionais, a reforma separa a história do Brasil e a geografia do Brasil, respectivamente da história geral e da geografia geral, para constituírem disciplinas autônomas.

*O grego<sup>5</sup> e o latim – (...)*

Deixemos de parte o argumento, alias valioso, de que o grego e o latim são necessários à leitura dos autores antigos, portadores de grandes mensagens, e ainda, quanto ao latim, à leitura de livros de ciência e filosofia escritos nessa lingua quando ela era a lingua comum da cultura ocidental. Boas traduções não faltam. E é afinal mero preconceito o considerar a tradução como um expediente subalterno.

O ponto essencial do problema é que, por mais que esteja o nosso país voltado para o modernidade e para o futuro, por mais vigorosa que seja sua participação na vida nova do mundo, não lhe é possível desconhecer a irremovível vinculação de sua cultura com as origens helênicas e latinas. Não seria conveniente romper com estas fontes.(...)

*(...)*

*O ensino das linguas vivas estrangeiras – O ensino secundário das nações cultas dá em regra a cada aluno o conhecimento de uma ou duas linguas vivas estrangeira. Esse número é elevado a três pelos países cuja*

<sup>5</sup> O artigo 16 previa a realização do curso clássico, sem o estudo do grego. Os alunos que optassem por esta forma de currículo seriam obrigados ao estudo, na primeira e na segunda série, das línguas vivas estrangeiras do curso ginasial.

língua nacional não constitui um instrumento de grandes recursos culturais.

A reforma adotou esta última solução.

(...)

*O estudo das ciências* – A reforma colocou o problema do estudo das ciências em termos convenientes.

No curso ginasial, a matemática e as ciências naturais serão estudadas de modo elementar. Seria antipedagógico sobrecarregar os alunos, nessa primeira fase dos estudos secundários, com estudos científicos aprofundados.

Posteriormente, no curso clássico e no curso científico, far-se-á das ciências estudo mais acurado. Terá o estudo da matemática, da física, da química e da biologia no curso clássico. Não deverá, porém, esse estudo ser tão abundante e minucioso no currículo científico que possa tornar-se inconveniente demais, nem de tal modo reduzido no curso clássico, que não basta à formação de uma cultura científica adequada aos fins do ensino secundário”.

Além das matérias apresentadas acima, seriam ministradas também a educação física, militar e moral e cívica. A educação física constituiria “uma prática educativa obrigatória a todos os alunos, até a idade de vinte e um anos” (art. 19) e a educação militar seria “dada aos alunos do sexo masculino” (art. 20). A educação moral e cívica não seria “dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico”, mas resultaria “a cada momento da forma de execução de todos os programas (...) e de um modo geral do próprio processo da vida escolar (...)” (art. 24).

Sobre a educação religiosa, “Foi incluída no projeto a declaração constitucional da liberdade do ensino de religião”<sup>6</sup>. Seria lícito “aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo”, com programas e regime didático fixado por autoridade eclesiástica (art. 21).

Quanto aos programas das disciplinas, a lei determinava que os mesmos deveriam ser “simples, claros e flexíveis, devendo indicar, para cada uma delas, o sumário da matéria e as diretrizes essenciais” (art. 18). “As disciplinas comuns aos cursos clássicos e científicos”, seriam “ensinadas com um mesmo programa, salvo a matemática, a física, a química e a biologia, cujos programas” teriam “maior amplitude no curso científico do que no curso clássico, e a filosofia”, que teria um programa mais amplo neste último (art. 17).

De acordo com o artigo 69, o ensino secundário seria “ministrado pelos poderes públicos, e seria livre à iniciativa particular”. “Além dos estabelecimentos de ensino secundários federais, mantidos sob a responsabilidade direta da União”, haveria “no país duas outras modalidades de estabelecimentos de ensino secundário: os equiparados e os

---

<sup>6</sup> Exposição de motivos apresentada ao presidente da República.

reconhecidos”. Os equiparados seriam os mantidos pelos Estados ou pelo distrito Federal e os reconhecidos seriam os mantidos pelos Municípios ou por pessoa jurídica de direito privado; ambos teriam que ter a autorização do Governo Federal.

A inspeção dos estabelecimentos de ensino seria feita pelo Ministério da Educação. A inspeção limitar-se-ia “ao mínimo imprescindível a assegurar a ordem e a eficiência”.

A lei ainda institui a diferenciação do ensino secundário feminino.

Gustavo Capanema confirma que, durante a elaboração do projeto, ouviu “a opinião de representantes de todas as correntes pedagógicas”, procurando “conciliar as tendências opostas ou divergentes, notadamente no terreno da velha controvérsia entre os defensores e os negadores da atualidade do estudo das humanidades clássicas”<sup>7</sup>.

Além disso, o ministro também aproveitou “a boa experiência” da legislação anterior.

Para ele, entre as vantagens da legislação de 1931, está “a afirmação do caráter educativo do ensino secundário, em contraposição à prática então reinante de considerá-lo como mero ensino de passagem para os cursos de ensino superior”. E mais,

“Dessa concepção decorreu um corolário de importância fundamental: a metodização do ensino secundário, isto é, a seriação obrigatória de seus estudos e a introdução nesses estudos de uma disciplina pedagógica. Está hoje no hábito dos estudantes e na consciência de todos que o ensino secundário não é um conjunto de preparatórios, que se devam fazer apressadamente e de qualquer maneira, mas constitui uma fase importante da vida estudiosa, que moralmente só pode ser vencida como execução de trabalhos escolares metódicos num lapso de sete anos.

Representa, por outro lado, significativo resultado da legislação ora em vigor ter facilitado a regeneração do ensino secundário, antes ao alcance de poucos, a todos os pontos do país. Havia no Brasil, em 1931, menos de duzentas escolas secundárias; hoje elas são quase oitocentas”<sup>8</sup>.

Assim, para Gustavo Capanema, “A lei projetada” encontraria “terreno amplo e condições favoráveis”, que possibilitassem “o prosseguimento do trabalho de renovação e elevação do ensino secundário do país”.

---

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*.